



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS  
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

**ATA DA 10ª (DÉCIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 21 (*vinete e um*) dias do mês de agosto do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 10ª (*décima*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Henrique José Leal Jereissati, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da 9ª Sessão Ordinária, de 20 de agosto de 2020. Em seguida, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/458/2017 – Auto de Infração: 1/201623839. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância e SAND BEACH INDÚSTRIA DE CONFECCÕES LTDA. Recorrido: Ambos. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade arguida por vício formal, face a imprecisão e incerteza do lançamento** - Afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por falta de provas** - Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial. **3. Quanto a preliminar de decadência, abrangendo os meses de janeiro a outubro de 2011, em face da aplicação do art. 150, §4º, do CTN** - Afastada, por maioria de votos, com base no art. 149, combinado com o art. 173, I, do CTN. Vencidos os Conselheiros José Alexandre Goiana de Andrade e Wander Araújo de Magalhães Uchôa, que acataram o pedido da parte. **2. Quanto ao pedido de perícia formulado pela parte** – Foi afastado, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 97 da Lei nº 15.614/2014, por ser desnecessária, diante dos elementos de prova já constantes dos autos. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso Ordinária e dar provimento ao Reexame Necessário, para modificar a decisão parcialmente condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar procedente o feito fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Mat-

tos. **Processo de Recurso nº 1/493/2017 – Auto de Infração: 1/201623822. Recorrente: SAND BEACH INDÚSTRIA DE CONFECCÕES LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA JUCILEIDE MARIA SILVA NOGUEIRA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Quanto à preliminar de nulidade arguida por vício formal, face a imprecisão e incerteza do lançamento** - Afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação. **2. Quanto à preliminar de nulidade suscitada por falta de provas** - Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial. **3. Quanto a preliminar de decadência, abrangendo os meses de janeiro a outubro de 2011, em face da aplicação do art. 150, §4º, do CTN** - Afastada, por maioria de votos, com base no art. 149, combinado com o art. 173, I, do CTN. Vencidos os Conselheiros José Alexandre Goiana de Andrade e Wander Araújo de Magalhães Uchôa, que acataram o pedido da parte. **2. Quanto ao pedido de perícia formulado pela parte** – Foi afastado, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 97 da Lei nº 15.614/2014, por ser desnecessária, diante dos elementos de prova já constantes dos autos. **3. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da recorrente, Dr. Carlos César Sousa Cintra e Dr. Thiago Mattos. **Processo de Recurso nº 1/1796/2017 – Auto de Infração: 1/201628303. Recorrente: VULCABRÁS DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** Por ocasião dos debates, o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista** do processo ao Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Bernardo Mascarenhas Mardini. **Processo de Recurso nº 1/1837/2017 – Auto de Infração: 1/201623871. Recorrente: VULCABRÁS DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHOA. Decisão:** Por ocasião dos debates, o Sr. Presidente, na forma regimental, concedeu **vista** do processo ao Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Bernardo Mascarenhas Mardini. **Assuntos Gerais:** O Sr. Presidente, com aquiescência unânime dos demais membros desta Câmara de Julgamento, determinou que se consignasse em Ata, manifestação de solidariedade e moção de pesar pelo falecimento dos auditores da receita estadual: Sra. Maria Rodrigues Lopes, ocorrido em 09 de maio do corrente ano, e Sr. José Pereira Clementino, ocorrido nesta data. Aos seus familiares, nossas sinceras condolências, manifestamos nosso profundo respeito e rogamos a Deus que traga conforto aos corações enlutados. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 de agosto do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

**Francisco José de Oliveira Silva**  
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

**Silvana Rodrigues Moreira de Souza**  
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA

